

SINTIUS



1942 - 2017

SINOPSE SINTIUS

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

30/08/2018

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Temer e STF fecham acordo por reajuste de 16,38% a juízes

O presidente Michel Temer decidiu cumprir o acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF) e conceder o reajuste de 16,38% para o Judiciário em troca do fim do auxílio-moradia para a magistratura federal. O Judiciário convenceu o presidente de que o aumento salarial pode ser compensado pelo fim do benefício mensal de R\$ 4,7 mil para os juízes. Com o acordo, os rendimentos dos ministros do Supremo passarão de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,2 mil. O Palácio do Planalto confirmou que o assunto já está em análise pelos técnicos do Ministério do Planejamento, que entregará o Orçamento do próximo ano ao Congresso nesta sexta-feira (31) com a previsão de reajuste.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 30/08/2018

Temer deve manter reajuste de servidores federais em 2019

O presidente Michel Temer pretende manter o reajuste dos servidores federais, que a equipe econômica tentava adiar para 2020. O impacto calculado no Orçamento de 2019 é de R\$ 6,9 bilhões. São reajustes que variam de 4,75% a 6,65%, negociados em 2015, e programados para os anos seguintes para mais de uma centena de carreiras do serviço público civil do governo federal. “Até o presente momento o reajuste dos servidores do poder executivo está em pleno vigor. Nada o impede”, afirmou o ministro chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha. Em meio ao esforço do ajuste fiscal, o Ministério do Planejamento havia tentado, no ano passado, adiar a parcela do aumento dos servidores em 2019, por meio de uma medida provisória. Mas o Supremo Tribunal Federal vetou o adiamento.

A avaliação do Planalto é que, uma vez que a questão já foi judicializada, não vale a pena voltar à carga em nova tentativa. Outro argumento é que, no momento em que o Judiciário negocia um reajuste de 16,38% para juízes e procuradores federais, o Executivo ficaria numa saia-justa em não conceder aumento aos seus servidores. A equipe econômica, no entanto, ainda não deu o caso por encerrado e a secretaria de Orçamento do Planejamento trabalha com as duas hipóteses para as contas de 2019, prevendo o impacto do reajuste e outra, sem o aumento. A proposta já aprovada no Congresso da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) conta com o reajuste, segundo técnicos da Câmara. A versão final do Orçamento de 2019 deverá ser enviada nesta sexta-feira (31) ao Congresso. Ainda não se sabe como será acomodado todo o impacto do reajuste do Judiciário. Pelo aumento, ministros do STF cogitam abrir mão do auxílio-moradia.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 30/08/2018

Julgamento sobre terceirização no STF tem 5 votos a favor e 4 contra

Na quarta sessão dedicada ao tema, o julgamento da terceirização de atividade-fim chegou a um placar de cinco votos a favor e quatro contrários. O resultado depende, agora, dos ministros Celso de Mello e da presidente Cármen Lúcia. O posicionamento deles deve ser conhecido nesta quinta-feira (30), para quando está prevista a retomada do julgamento. Nesta quarta-feira (29), dois ministros apresentaram seus votos. A corte analisa dois casos anteriores à lei da terceirização. Gilmar Mendes apoiou a terceirização de todos os tipos de atividade. Já tinham se posicionado da mesma forma, além dos relatores Luís Roberto Barroso e Luiz Fux, os ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli. Ao contrário, Marco Aurélio se declarou contra a terceirização irrestrita. O voto dele se somou aos dos ministros Luiz Edson Fachin, Rosa Weber e Ricardo Lewandowski. A lei que permite a terceirização de todas as atividades foi sancionada pelo presidente Michel Temer no ano passado. Há ações no Supremo que questionam a constitucionalidade desse texto, mas elas ainda não foram votadas pelos ministros. Antes da lei da terceirização, a jurisprudência do TST (Tribunal Superior do Trabalho) indicava vedação à terceirização da atividade-fim da empresa e permitia a contratação para atividades-meio. Empresários alegavam que a definição dos diferentes tipos de atividade causava confusão na justiça trabalhista. Um dos casos analisados pelo Supremo trata da legalidade de decisões da justiça do trabalho proibindo a terceirização em alguns setores. O outro é um recurso sobre a possibilidade de terceirização da atividade-fim.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 30/08/2018

Bradesco, Itaú, Santander e Bancoob farão depósito automático do PIS/Pasep

O Ministério do Planejamento informou que os bancos privados - Bradesco, Itaú, Santander, Bancoob - vão fazer o depósito automático dos recursos do PIS/Pasep a que os correntistas tiverem direito. Segundo o órgão, com a prática já adotada pelo Banco do Brasil e pela Caixa, 9 milhões de trabalhadores vão ter R\$ 8 bilhões depositados automaticamente nas contas. A medida foi antecipada pelo Broadcast, plataforma de notícias em tempo real do Grupo Estado. Os bancos vão ter que verificar se os correntistas movimentaram essas contas nos últimos seis meses, para evitar o depósito em contas que não são mais acessadas. Além disso, o pagamento não poderá ser feito em contas negativadas, que teriam os recursos automaticamente “sequestrados” para o abatimento de débitos.

Desde o início da flexibilização do acesso aos valores em outubro de 2017, foram sacados R\$ 13,779 bilhões por 13 milhões de pessoas. Isso corresponde a 45,5% dos cotistas do PIS/Pasep. Somente em agosto deste ano, 8,2 milhões de trabalhadores efetuaram resgates, que alcançaram R\$ 7,2 bilhões até o dia 19. Segundo cálculos do Ministério do Planejamento, a cada R\$ 20 bilhões liberados, há um impacto de 0,3 ponto porcentual no Produto Interno Bruto (PIB). O Planejamento detalhou ainda que continuam disponíveis R\$ 28,4 bilhões no fundo, correspondentes aos 15,6 milhões de cotistas que ainda não fizeram o resgate. Desse total que ainda resta no fundo, R\$ 10,7 bilhões se referem aos 7,8 milhões de trabalhadores com menos de 60 anos que têm até o dia 28 de setembro para realizarem os saques. Segundo o ministro do Planejamento, Esteves Colnago, é muito “improvável” que esse prazo seja adiado porque seria preciso uma mudança na lei, o que é muito difícil de acontecer nesse período pré-eleitoral.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 30/08/2018